

# PL 4.199/2020 - BR do MAR

*Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem*



## PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DO PROJETO DE LEI



## Premissas

### **PL 4199/20 BR do MAR**

- Endereçado à navegação de cabotagem
- Demandas específicas deste modal

### **Otimização dos recursos do FMM**

- Propostas de alterações pontuais Lei 10.893/04
- (Lei do Fundo da Marinha Mercante)

### **Navegação Interior**

- Programa BR dos Rios em fase de estudo pelo MINFRA com o setor

**OBJETIVOS**

Mecanismos de  
Financiamentos  
com Recursos do  
Fundo da Marinha  
Mercante (FMM)

LEI 10.893/04

**Proposta (1)**

Incluir na Lei mecanismo que permita aos Agentes Financeiros alongar os prazos de carência e amortização dos financiamentos contratados com recursos do FMM em razão dos efeitos lesivos da pandemia da COVID 19.

**Proposta (2)**

Permitir o financiamento para manutenção das embarcações marítimas e fluviais.

- Mitigar os efeitos financeiros negativos (perda de receita + aumento de custos) da COVID 19.
- Manter a operacionalidade da frota de bandeira brasileira, relevante para a economia nacional e estratégica dada a nossa extensa costa, rios navegáveis e expressiva exploração e produção de óleo e gás no mar.
- Aperfeiçoamento do uso dos recursos do FMM.
- Incentivar investimentos à manutenção no Brasil.
- Aumentar a competitividade da frota brasileira.

**OBJETIVOS**

Lei 11.033/04

Regime Tributário para  
Incentivo à Modernização  
e à Ampliação da  
Estrutura Portuária –  
REPORTO**Proposta (3)**Prorrogação REPORTO  
(Art. 25 PL 4199/20)

- Preservar estrutura logística e portuária adequada para o desenvolvimento da matriz de transporte nacional.
- Incentivar novos investimentos na modernização e ampliação da infraestrutura portuária.

PL 4199/20

Art. 9º, II

**Proposta (4)**

Aprovar substitutivo que permita a contratação de maior número de tripulação estrangeira no caso de ausência de mão de obra nacional

- Alterar o texto do Art. 9º, II do PL 4199/20 adotando-se a obrigatoriedade de 1/3 de tripulação brasileira.
- Harmonizar com o disposto na RN 42/20 do CNlg.
- Reduzir custos operacionais.





*Lilian Schaefer*  
*Vice-Presidente Executiva*

